

Por uma política nacional de tecnologia da informação e comércio eletrônico

Por Cid Torquato

Não há dúvidas sobre a importância estratégica e infra-estrutural das tecnologias da informação e do comércio eletrônico como ferramentas essenciais para o desenvolvimento e a modernização das relações econômicas.

Mas nas eleições de 2002 a grande maioria dos candidatos não

se preocupou nem um pouco em propor políticas públicas e regulatórias para o setor.

É miopia dos próprios políticos, mas mostra falhas tremendas das nossas empresas e suas associações, que não trabalharam para colocar assuntos tão prioritários no topo da agenda política nacional.

Para minimizar essa realidade, Fiesp e Camara-e.net enviaram aos principais candidatos uma lista de princípios sobre TI e e-commerce. A idéia nunca foi esgotar o assunto, mas instigar a discussão sobre a enorme importância de formularmos uma abrangente política nacional de tecnologia da informação e comércio eletrônico, que valorize a substituição de importações, agregue valor às exportações, maximize o desenvolvimento e contribua para minimizar os efeitos da desigualdade social e da exclusão digital no País. Confira:

1. A digitalização é inexorável: a Internet, como mídia da sociedade do conhecimento, permeia todas as atividades econômicas, quebrando paradigmas históricos da sociedade industrial.

2. O setor privado deve liderar: a sociedade civil deve pautar e liderar o processo de formulação de políticas públicas e regulatórias sobre a economia digital.

3. Menos legislação: garantir um ambiente regulatório flexível à evolução das tecnologias, evitando o formalismo da cultura jurídica brasileira, por meio da valorização da jurisprudência, da arbitragem, da auto-regulação e auto-regulamentação.

4. Menos barreiras internacionais: facilitar o comércio exterior por meio da harmonização das legislações, da racionalização dos critérios tributários e do incentivo aos negócios on-line.

5. Governo mais eletrônico: e-Gov significa modernizar o Estado, democratizar os mecanismos de compras públicas, aumentar a transparência e disponibilizar mais canais de exercício da cidadania. As iniciativas dos governos federal, estadual e municipal devem ser integradas.

6. Inclusão empresarial é o caminho: conectar o micro, pequeno e médio empresários significa modernizá-los, desenvolvê-los e transformá-los em principais agentes de promoção da inclusão digital do cidadão.

7. Mais educação: inclusão digital não é "um micro para cada cidadão", mas evitar que a digitalização de processos marginalize ainda mais os "desconectados" do mercado de trabalho e das relações de consumo.

8. Não descuidar da infra-estrutura: garantir, sempre, tecnologia de vanguarda, por meio de estímulo à pesquisa, fortalecimento da indústria nacional e conseqüente barateamento de equipamentos, programas e serviços.

9. Proteção à privacidade: informações confidenciais de usuários devem ser utilizadas só para seus fins específicos.

10. Segurança é fundamental: é obrigação do Estado e das empresas zelar pela inviolabilidade dos dados que trafegam em seus sistemas.

Algo a acrescentar?



Foto: Eduardo de Sousa

Cid Torquato é advogado e diretor-executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico

www.camara-e.net